

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - PUCSP
COORDENADORIA GERAL DE ESPECIALIZAÇÃO,
APERFEIÇOAMENTO E EXTENSÃO – COGEAE

GABRIELA ZINI MEGALE

O PODER DO PARTIDO PIRATA
QUEM SÃO OS PIRATAS E O QUE QUEREM DA POLÍTICA

Orientador: Professor Leonardo Sakamoto

São Paulo – SP

2014

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Marta e Adauto, por ensinarem a importância de sempre buscar conhecimento, e por apoiarem todas iniciativas pessoais e profissionais em que me aventurei.

Ao meu irmão Marcelo, companheiro de todas as horas, que aguentou meu nervosismo em momentos de prazos curtos e pressão elevada sempre com palavras de carinho e incentivo.

Ao meu orientador Leonardo Sakamoto pela sugestão do tema, correções e comentários esclarecedores e precisos.

A membros e ex-membros do Partido Pirata do Brasil e do mundo, em especial Miguel Silva, Henrique Peer, o professor Jorge Machado, e Julia Reda, dispostos a esclarecer minhas dúvidas por mais curto que fosse o tempo e dar explicações por mais básica que fosse a questão.

Aos meus companheiros de trabalho, sempre dispostos a me ouvir, e ao meu editor Pedro Leite, compreensivo com as ausências que tive devido a conclusão da monografia.

Aos colegas que conheci no COGEAE pela parceria e amizade nesses últimos três anos.

RESUMO

A eleição de representantes em Conselhos Municipais, Prefeitura, Parlamento Federal e Parlamento Europeu fez com que o Partido Pirata, fundado em 2006 na Suécia e presente em cerca de 70 países, despontasse como fenômeno político da atualidade. Com propostas alinhadas a uma sociedade que tem a internet como pilar organizacional e com a meta de aumentar a participação direta dos cidadãos nas decisões políticas, os Piratas foram bem sucedidos ao incluir suas principais demandas no debate da esfera pública. No entanto, a queda do número de filiados da própria legenda e os resultados das eleições de 2014 mostram que ela já não causa o mesmo impacto entre os eleitores. A proposta desse trabalho é relatar o nascimento e trajetória do movimento que se transformou em partido e analisar suas contribuições para o debate democrático e o cenário político em geral.

Palavras chave: Partido Pirata. Democracia líquida. Internet. Representatividade Política.

ABSTRACT

The election of representatives in Municipal Councils, City Hall, Federal Parliament and the European Parliament made the Pirate Party, founded in 2006 in Sweden and present in nearly 70 countries show up as today's political phenomenon. With proposals aligned with a society that has the internet as organizational pillar and with the goal of increasing the direct participation of citizens in making political decisions, the Pirates were successful in including their main demands, in the public sphere's debate. However, the fall in the number of own caption members and the results of the 2014 elections show that no longer has the same impact among voters. The purpose of this study is to report the birth and trajectory of the movement that turned into party and analyze their contributions to democratic debate and The political scene in general.

Keywords: Pirate Party. Net. Democracy. Political Representation

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: CRISE DE REPRESENTATIVIDADE E DEMOCRACIA LÍQUIDA.....	5
2 O QUE É PARA ONDE PRETENDE NAVEGAR O PARTIDO PIRATA.....	10
2.1 Nascimento e historia dos Piratas	10
2.2 Propostas e bandeiras políticas	12
2.3 Democracia líquida: da teoria à prática	15
2.4 Partido Pirata Sueco e Alemão	19
2.5 Partido Pirata Brasileiro	22
3 NAUFRÁGIO PIRATA OU OS LIMITES DA PARTICIPAÇÃO?	25
4 CONCLUSÃO – O LEGADO PIRATA.....	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

1 INTRODUÇÃO: CRISE DE REPRESENTATIVIDADE E DEMOCRACIA LÍQUIDA

Em pouco mais de um século a democracia passou de uma aspiração revolucionária à forma de legitimação de dominação cristalizada na maioria dos países ocidentais. Até a segunda Guerra Mundial o debate sobre tal tema girava em torno da desejabilidade da democracia, resolvendo-se a favor da mesma. Após 1945, no entanto, o que se consolidou e passou a predominar foi a democracia liberal representativa caracterizada por “um sistema com formas de participação restritas à soberania do governo e ampliada em favor do consenso em torno das eleições para formar o governo”¹.

Apesar de constataremos que há um processo de ampliação da democracia no mundo, ele acontece concomitantemente a fenômenos paradoxais, como a crescente degradação de práticas democráticas e a perda de sua vitalidade como mecanismo de integração social². Mobilizações de massa como o Occupy Wall Street nos Estados Unidos em 2011, os 15-M e indignados da Espanha, também iniciados há mais de três anos, e os protestos de junho de 2013 no Brasil evidenciaram a crise do modelo representativo tradicional. Entre as bandeiras comuns de todos os grupos estava o desejo de se sentir parte do processo decisório de suas nações e a exigência de um corpo político qualificado que cumpra compromissos firmados com os eleitores. Esses movimentos deixaram claro o peso da crise de representatividade, ou seja, da perda de credibilidade dos representantes (políticos), perante os representados (cidadãos que os elegeram), no contexto atual da deterioração da democracia.

Boa parte dos cientistas políticos que defende a existência de uma crise da representatividade democrática a relacionam à pluralização de atores societários reivindicando participação política, à abertura de novos espaços participativos que vão de conselhos populares à internet e ao surgimento de novos meios de mediação entre representantes e representados para além dos partidos políticos. Adrian Laval, Peter Houtzager e Arnab Acharya partilham dessa perspectiva defendendo a existência de uma relação entre a reforma da democracia e as transformações que a representação política vem sofrendo na atualidade. Para os autores, essas mudanças seriam fruto do surgimento de novos

¹ AVRITZER, Leonardo; SANTOS, Boaventura de Souza. Para ampliar o cânone democrático. **Eurozine**. Disponível em: <http://www.eurozine.com/articles/article_2003-11-03-santos-pt.html> Acessado em 15 de novembro de 2014

² AVRITZER, Leonardo; SANTOS, Boaventura de Souza. Para ampliar o cânone democrático. **Eurozine**. Disponível em: http://www.eurozine.com/articles/article_2003-11-03-santos-pt.html Acessado em 15 de novembro de 2014

movimentos e grupos da sociedade e da diversificação de lugares onde o sistema democrático passou a ser exercido. Eles enxergam a esfera pública como um espaço aberto que funciona como “caixa de ressonância da espontaneidade social em suas múltiplas manifestações comunicativas - consensos, reclamos e iniciativas as mais diversas”³. Bernard Manin⁴, cientista político francês que desponta entre os principais estudiosos da atualidade sobre representação política, discorda de que a democracia como um todo esteja em crise. Para ele o sistema passa por um processo de “reconfiguração da representação” que já aconteceu outras vezes, como na transição do modelo parlamentar liberal de representação para a democracia de partidos⁵. No entanto, o sociólogo também defende que o pluralismo da sociedade e as diversas categorias socioeconômicas acarretam dificuldades na construção de percepções coletivas e compartilhadas acerca de prioridades políticas. Manin destaca a existência da derrocada dos partidos de massa que pode ser percebida por fatores como baixo comparecimento do eleitor nas urnas, o descrédito nas instituições políticas e fortalecimento de figuras pessoais no lugar de institucionais⁶.

No entanto, há outros fatores conjunturais do pós-guerra que ajudam a entender a crise em questão, como a decadência do arranjo político e social construído após 1945 a partir da consolidação do Estado de Bem-Estar-Social, o *WelfareState*, e a crise fiscal dos Estados. Após a Segunda Guerra Mundial, os países da Europa foram bem sucedidos em gerenciar conflitos sociais de classe ao tornar compatíveis política de massas democrática e capitalismo. Mas hoje esse arranjo já não faz o mesmo sentido já que a configuração da cidadania sob a perspectiva do Estado de Bem-Estar-Social se perdeu devido à nova conjuntura marcada pela atuação de movimentos sociais emergentes que passaram a colocar em xeque a burocracia

³ LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, ACHARYA Arnab. Lugares e Atores da Democracia - Arranjos institucionais participativos e sociedade civil em São Paulo em <http://www2.ids.ac.uk/futurestate/pdfs/Collective%20Actors%20Draft%20Chapter%202004.pdf> . Acessado em 2 de novembro de 2014.

⁴ Cf. LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. Scielo. São Paulo, Luna Nova, nº 67, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452006000200004&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 de novembro de 2014. Os autores mostram que, conforme o diagnóstico de Manin, a suposta crise da representação é uma reconfiguração histórica da mesma. O que é apontado por crise seriam interpretações imprecisas das transformações da representatividade que seguem em curso.

⁵ Cf. LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. Scielo. São Paulo, Luna Nova, nº 67, 2006, pag. 68. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452006000200004&script=sci_arttext 20 de novembro de 2014.

⁶ Cf. LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. Scielo. São Paulo, Luna Nova, nº 67, 2006, pag. 68. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452006000200004&script=sci_arttext, Acessado em 20 de novembro de 2014.

estatal baseada em decisões técnicas, as novas formas de acumulação e circulação do capital e rompimento da identidade entre cidadão e trabalhador⁷.

Também há limites inerentes à própria democracia representativa que contribuem para a acentuação da crise, “à medida que quanto mais longa e profunda seja uma democracia mais os mecanismos de representação se tornam insuficientes aos olhos dos cidadãos⁸.”

Um dos principais mecanismos da representação é a eleição, que não só sanciona e aprova os representantes como estimula sua sensibilidade em relação às expectativas e necessidades dos representados. No texto “Eleições e representação”, os autores Bernard Manin, Adam Przeworski e Susan C. Stokes defendem que essa perspectiva se baseia na ideia de que os cidadãos têm liberdade para votar e ser votados e participar de debates vinculados às decisões políticas. Em meio a essas discussões, os candidatos e os partidos divulgam seus projetos que supostamente teriam como prioridade satisfazer a população. Nesse jogo cabe aos eleitores escolher qual desses planos é o melhor para se tornar a diretriz de conduta do governo. No entanto, o pressuposto que vincula representante e representado é problemático, já que os políticos também têm interesses particulares que muitas vezes guiam suas decisões. Nesse ponto vale destacar outra fragilidade da representação, a falta de mecanismos de controle que permitam ao eleitor fiscalizar a conduta do eleito e a ausência de informações e transparência para que o cidadão possa acompanhar quem está no exercício do poder⁹.

A visão de que todo cidadão deve ter a liberdade de votar e ser votados vai contra a ideia defendida pelo alemão Max Weber, que deu corpo à teoria do “elitismo democrático” ao abordar a democracia como um mecanismo competitivo de seleção de líderes de governo. O poder popular deve ser restrito a escolha dos representantes, que seriam formados por um pequeno e seleto grupo de políticos profissionais¹⁰. A postura elitista diante da democracia fica clara na citação a seguir:

⁷Cf. COELHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos (orgs.) Participação e deliberação na teoria democrática: uma introdução, em Participação e Deliberação. São Paulo: Editora 34. 2004. O professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp Marcos Nobre mostra a relação entre o fim do arranjo entre o Estado de Bem Estar Social consolidado no pós-guerra e a crise da representatividade democrática.

⁸ Entrevista concedida à autora pelo professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp Marcos Nobre em 22 de dezembro de 2014.

⁹ “Se os cidadãos não tiverem informações suficientes para avaliar o governo em exercício, a ameaça de não ser reeleito é insuficiente para induzir os governantes a agirem de acordo com os interesses dos cidadãos” MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C. Eleições e representação. Scielo.Lua Nova. 2006, p.106. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a05n67.pdf>>. Acessado em 20 de novembro de 2014.

¹⁰ HELD, David. (1987), "Modelos de Democracia". Ed. Paidéia, Belo Horizonte, pp. 132-199.

“o perigo político da democracia de massas para o Estado jaz primeiramente na possibilidade de elementos emocionais virem a predominar na política. A “massa” como tal (independentemente das camadas sociais que a compõem em qualquer exemplo particular) só é capaz de pensar a curto prazo. Pois, como toda experiência mostra, ela está sempre exposta a influências diretas puramente emocionais e irracionais” (WEBER, 1980, P.82).

Vale destacar que Weber também é cético em relação à democracia direta, já que ela exige condições que na sua percepção não estão presentes no mundo moderno. Ele argumenta que, apesar de pretender diminuir o grau de dominação perante os dominados, a democracia direta gera efeito oposto. Devido à heterogeneidade da sociedade, tal sistema levaria a uma administração ineficaz que geraria instabilidade política e um ambiente mais propício a opressão das minorias.¹¹

Há uma dualidade inerente à representação, pois mesmo que seja legitimada pelo voto ela não garante correspondência com os interesses dos representados, já que o representante tem autonomia para agir em função de seu juízo e raciocínio, mesmo que no plano ideal essa ação deve priorizar o todo e não as partes, o coletivo e não o indivíduo. “Trata-se de uma dualidade constitutiva na medida em que a construção político-institucional e a conceituação teórica ou prática da representação política passam, ora por assumir uma tensão indissolúvel entre ambos os polos, ora por conferir prevalência a um deles, sem, no entanto, cindi-los por completo”¹².

A ciência política traz abordagens onde é possível explorar tanto o reconhecimento de déficit de representatividade como as possibilidades que essa conjuntura cria para uma reforma que construiria maior controle social sobre as decisões do representantes. Os autores Leonardo Avritzer e Boaventura de Sousa Santos, por exemplo, defendem a complementariedade entre democracia representativa e participativa¹³, sendo a primeira aplicada a nível nacional simultaneamente a segunda cultivada a nível local. O reconhecimento do procedimentalismo participativo pelo governo substituiria parte do processo de representação e as demandas decorrentes da pluralidade cultural e social seriam atendidas principalmente via participação direta.

¹¹ SELL, Carlos Eduardo. Democracia com liderança: Max Weber e o conceito de democracia plebiscitária Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v.18, n. 37, p. 137-147, out. 2010

¹² LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela, Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. **SciELO. Lua Nova**, São Paulo, nº 67, p. 55-56, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a04n67.pdf>>. Acessado em 20 de novembro de 2014.

¹³ AVRITZER, Leonardo; SANTOS, Boaventura de Sousa. Para ampliar o cânone democrático. Portugal, Coimbra: Centro de Estudos Sociais. Laboratório Associado a Universidade de Coimbra. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 98, 2012. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/emancipa/research/pt/ft/introdemo.html>>. Acessado em 27 de novembro de 2014.

É sobre essa vertente política que o Partido Pirata se baseia, objeto de estudo desta monografia. Fundado em 2006 na Suécia e presente em mais de 70 países do mundo, tem na sua pauta a proposta da democracia líquida, uma forma de governo híbrida entre as democracias direta e representativa combinando vantagens de ambas.

A democracia representativa se baseia na ideia de que existem profissionais de política, ou seja, pessoas que se dedicam exclusivamente a essa atividade, que representam a população. Depois de eleito, o político cumprirá o mandato até o final, que geralmente tem quatro anos de duração, sem que o povo possa destituí-lo do cargo. Outra característica é que o eleitor que o colocou naquele posto não pode participar diretamente da formulação das políticas públicas propostas pela figura que elegeu. Já na democracia direta, o eleitor tem participação ativa sobre a formulação de políticas públicas, mas sabe-se que tal sistema é impraticável em larga escala. Além do que, há o debate sobre o interesse de todos os cidadãos na participação política.

É neste debate que democracia líquida entra com papel de destaque, somando qualidades de ambas à internet como eixo central. Com ela é possível criar um espaço que possa ser frequentado por todos cidadãos no âmbito do ciberespaço. A ideia é que nele se iniciem e desenvolvam debates que futuramente possam se transformar em políticas públicas conduzidas pelos representantes, no entanto com mais participação popular. A organização desse sistema tem outra palavra-chave: delegação. A proposta dos piratas é que as pessoas sejam livres para delegar seus votos em assuntos que não se sintam aptas a participar a outras que julgam mais preparadas para fazê-lo. Por exemplo, Marcelo é médico e vota confortavelmente em temas ligados à saúde, mas acredita que sua amiga Luciana é bem mais preparada para questões de meio ambiente. Ele delega à Luciana a responsabilidade de votar em seu nome no debate envolvendo esse tema que está sendo discutido por eleitores na rede. Também existe a possibilidade de Luciana delegar o seu voto e o de Marcelo a um terceiro, e assim sucessivamente, até mesmo tendo um político nessa cadeira. Em qualquer momento a pessoa pode revogar sua delegação. E é justamente essa alternância e fluidez entre representação e participação que recebe o nome de democracia líquida¹⁴.

¹⁴ Democracia Interativa usando Democracia Líquida (filme-vídeo). Produção do Partido Pirata Alemão legendada para a página do Partido Pirata Brasileiro <http://partidopirata.org/> por Andreas Nitsche. Acessado 12 de abril de 2014.

2 O QUE É PARA ONDE PRETENDE NAVEGAR O PARTIDO PIRATA

2.1 Nascimento e historia dos Piratas

Pioneira na implementação da banda larga, a Suécia foi um dos primeiros países do mundo a protagonizar a luta dos sites de compartilhamento de dados e de seus usuários contra o monopólio da indústria dos direitos autorais¹⁵. Também foi lá que nasceu, em 2003, o The Pirate Bay (TPB), maior site de compartilhamento do mundo, desativado pela polícia, que também confiscou seus servidores e equipamentos em dezembro de 2014. É neste contexto que surge um grande movimento contra o monopólio das indústrias audiovisuais e fonográficas que evoluiu para a formação do Partido Pirata¹⁶.

A semente foi plantada em 2003, com a fundação do coletivo cultural *Piratbyrån*¹⁷, que passou a fomentar debates sobre o assunto em resposta ao endurecimento das leis antipirataria na Suécia a partir de 2001, ano em que o governo criou o gabinete de combate a ela, o *Antipiratbyrån*. Apesar da popularização da pirataria na Suécia, as leis para combatê-las endureceram ainda mais em 2005, fazendo com que os integrantes do *Piratbyrån* sentissem a necessidade de transformar a sua pauta numa reivindicação política, fundando Partido Pirata. O principal idealizador do projeto foi Rick Falkvinge, um ex-funcionário da Microsoft, conhecedor do universo online, que já tinha se aventurado como empreendedor mas até então sem atuação partidária¹⁸.

Com a perspectiva positiva sobre pirataria no seu DNA, os piratas alicerçaram a lógica de compartilhamento a questões políticas, sociais e culturais, passando a defender a construção de uma sociedade calcada na colaboração, transparência e participação. Com uma linha propositiva inovadora e conectada às demandas de seu tempo, o Partido contou com

¹⁵Quando o Napster, primeiro programa de compartilhamentos de arquivo foi lançado em 1999, a Suécia já oferecia conexão a cabo com velocidade de 10 megabits a seus habitantes. Informação retirada do artigo “A pergunta mais frequente é sobre o nome do Partido Pirata, sobretudo em contextos internacionais. É sério? Não é um obstáculo? Funciona? As respostas são sim, não, e sim, nesta ordem”, escrito por Rick FALKVIGNE (2011). Disponível em <http://pt.falkvinge.net/2011/02/20/por-que-partido-pirata/>. Acessado em 10 agosto de 2014 e 12 de novembro de 2014.

¹⁶SATURNINO, Rodrigo. OS PIRATAS NO PODER: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROPOSTA POLÍTICA DO PARTIDO PIRATA. Apresentado na XV edição do Congresso Português de Sociologia em 2012 na Universidade do Porto (Porto, Portugal). Disponível em http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0457_ed.pdf. Acessado em 14 de agosto de 2014.

¹⁷É traduzido como Agência Pirata pelos integrantes do partido brasileiros

¹⁸FALKVIGNE, Rick. A pergunta mais frequente é sobre o nome do Partido Pirata, sobretudo em contextos internacionais. É sério? Não é um obstáculo? Funciona? As respostas são sim, não, e sim, nesta ordem. Disponível em <http://pt.falkvinge.net/2011/02/20/por-que-partido-pirata/>. Acessado em 10 agosto de 2014 e 12 de novembro de 2014.

outra alavanca, o efeito de marketing do nome que despertou de imediato a atenção da imprensa e dos eleitores, além de pessoas de outros países. No encalço da legenda sueca nasceu o Partido Pirata Alemão menos de um ano depois, um dos mais conhecidos e consolidados do mundo, além de mais de 70 legendas piratas pelo mundo¹⁹.

Em menos de três anos o Partido Pirata se tornou líder entre os eleitores suecos de até 30 anos, angariando 25% dos votos dessa faixa etária nas eleições de 2009²⁰. Naquela data, receberam 225.915 votos, o que representou 7,13% do total, conquistando um lugar no parlamento europeu. Vale destacar que na campanha gastaram 15 mil euros, cerca de 1% do orçamento usado pelos adversários que desembolsaram seis milhões em coroas suecas)²¹. Até 2011 o partido continuou em ascensão no país, conquistando sua maior vitória naquele ano ao eleger dois representantes no Parlamento Europeu.

Na Alemanha os piratas começaram a ganhar força entre 2008 a 2012, com o crescimento de protestos nas ruas contra o controle de compartilhamento de dados e, posteriormente contra o ACTA (Anti-Counterfeiting Trade Agreement).²² Esse período foi o auge dos piratas no país, quando atingiram a marca de 34 mil membros em 2012, caindo para 25 mil nos últimos anos²³. A alavanca aconteceu em 2011, quando a legenda mesmo pequena e pouco conhecida conquistou 15 lugares no Parlamento Estadual de Berlim, e teve os bons resultados nas eleições estaduais do ano seguinte, quando recebeu mais de 8% dos votos no estado de Schleswig-Holstein, além de representantes em mais dois estados²⁴. “Nós tivemos duas fases de rápido crescimento. Uma em 2009 quando os piratas lutaram contra as leis de restrição da internet, e outra em 2011, após a entrada de muitos representantes no Parlamento

¹⁹ Dado fornecido pelo fundador do Partido Pirata Rick Falkvinge em entrevista concedida à autora por e-mail em 28 de outubro de 2014. O número inclui legendas que tem status de partidos formais e grupos informais com caráter de movimento social, como no caso do Brasil. A lista mais atualizada com representantes eleitos está disponível no site http://int.piratenpartei.de/Elected_Pirates

²⁰ STATISTISKA CENTRALBYRAN – ECB. Statistics Sweden. 22. Jun. 2010. Disponível em: <http://www.scb.se/sv/_Hitta-statistik/Statistik-efter-amne/Demokrati/Allmanna-val/Europaparlamentsval-valundersokningen/12424/2009A01/Behallare-for-Press/Europaparlamentsvalen-2009---valundersokningen>. Acesso em: 27 jan. 2015.

²¹ FALKVINGE, Rick. *Swarmwise – The tactical manual of changing the world*. 2.ed. 2013. pag. 13. Disponível em: <<http://falkvinge.net/files/2013/04/Swarmwise-2013-by-Rick-Falkvinge-v1.1-2013Sep01.pdf>>. Acessado em 28 de outubro de 2014

²² **Anti-Counterfeiting Trade Agreement (ACTA)** é um tratado internacional que pretendia formular uma legislação específica para o registro de marcas, patentes e direitos autorais. Fracassou em 2012 quando a maioria o Parlamento Europeu votou contra sua realização.

²³ DATEI. Mitgliederentwicklung. Disponível em: <<https://wiki.piratenpartei.de/Datei:Mitgliederentwicklung.png>>. Acesso em 27 jan. 2015.

²⁴ SATURNINO, Rodrigo. OS PIRATAS NO PODER: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROPOSTA POLÍTICA DO PARTIDO PIRATA. Pag 7. Apresentado na XV edição do Congresso Português de Sociologia em 2012 na Universidade do Porto (Porto, Portugal). Disponível em http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0457_ed.pdf. Acessado em 14 de agosto de 2014.

de Berlim”, diz Julia Reda, única Pirata eleita para compor o Parlamento Europeu nas eleições de 2014 em entrevista concedida à autora em 29 de outubro de 2014.

Ao traçarmos um linha cronológica notamos que o Partido foi muito bem sucedido primeiramente na Suécia, onde nasceu, entre 2006 e 2009. Na Alemanha ganhou força entre 2009 e 2012, seguido pela Islândia, onde, em 2013 elegeram três representantes para o parlamento federal, até então realização inédita entre eles. Atualmente é na República Tcheca que o partido tem os melhores índices²⁵. Em 2014 obteve 4,8% dos votos para o Parlamento Europeu, por pouco não atingindo os 5% necessários para ter um posto no Parlamento Europeu²⁶. No entanto, a legenda elegeu muitos representantes em conselhos municipais, chegando a ter 20% dos votos em algumas cidades. Lá há até um prefeito pirata, o arquiteto Vojtěch Franta, governante de Mariánské Lázně.

2.2 Propostas e bandeiras políticas

O que fazer quando o sistema, em seu conjunto – financeiro, econômico, político e ecológico – dá evidentes sinais que não funciona? Seguir tolerando mentiras para viver cinicamente a vidinha confortável e supostamente segura? Ou será possível ousar? Neste ponto é que a utopia pirata se reaviva. Ela não tem partido, não tem hierarquia, líderes, fronteiras, não se baliza nas instituições baseadas no medo e no controle. Por ser tão livre, sequer tem representantes. No máximo, porta-vozes.²⁷

O trecho acima encarna a missão de movimentar as estruturas vigentes de poder que é vista pelos Piratas como sua vocação. Segundo Henrique Peer, membro do Partido brasileiro e do PPI²⁸, a legenda “tem um caráter lúdico implícito, inclusive, no próprio nome. É uma espécie de “trolada”²⁹ no sistema político”.

A vocação, no entanto, difere-se das propostas que o Partido carrega sob sua bandeira. Como explicamos anteriormente, ele nasceu da luta contra o monopólio da indústria dos direitos autorais e audiovisuais e ainda a tem como principal reivindicação. Na visão dos Piratas, migramos de uma “sociedade industrial” para a “sociedade do conhecimento”, sendo, portanto, imprescindível superar os atrasos da obsoleta legislação da propriedade intelectual.

²⁵ Dados concedidos pela deputada pirata alemã Julia Reda em entrevista enviada por e-mail a autora em entrevista concedida à autora em 29 de outubro de 2014

²⁶ Dados sobre o desempenho dos Piratas na eleições para o Parlamento Europeu em 2014: http://en.wikipedia.org/wiki/European_Pirate_Party

²⁷ MACHADO, Jorge. Sonho Pirata ou Realidade 2.0. Ex-membro e fundador do Partido Pirata brasileiro e professor-doutor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo.

²⁸ PPI é a sigla para *Pirate Parties International*, organização que conta com representantes de 42 dos mais de 70 Partidos do mundo.

²⁹ Gíria da internet que significa zombar.

O compartilhamento teria papel essencial nessa nova organização, contribuindo para a criação de uma ordem social e econômica mais justa onde todos possuem acesso igualitário à informação, cultura e educação. Esse ponto está presente em programas de governos de todos os partidos piratas do mundo, que acabaram estendendo a perspectiva positiva da pirataria - a colaboração e o compartilhamento - para os campos político e social. Com isso surgiram novas propostas que também se tornaram unanimidade da legenda, sendo elas o aumento da participação política por meio da tecnologia e o respeito aos direitos e liberdades individuais dos cidadãos. Portanto, além das críticas às políticas vigentes ligadas à internet, muitas delas refêns da relação promíscua entre grandes empresas de telecomunicação e parlamentares, os Piratas passaram a questionar a maneira como políticos ignoram as tecnologias digitais no processo de aprimoramento democrático.

No entanto, o peso de cada proposta, assim como outras demandas que surgem, variam conforme conjunturas e características de cada nação. “Ao contrário dos programas de outros países, o do Brasil prioriza questões sociais por meio de sugestões como a renda mínima incondicional³⁰. Também defende pontos bastante progressistas sobre direitos individuais, como a legalização e reconhecimento de casamentos e uniões civis com mais de uma pessoa³¹”, afirma Miguel Silva, ex-tesoureiro do Partido Pirata brasileiro que o deixou em 2014 mas colaborou na construção do projeto. Já os programas da Suécia e Islândia destacam questões como a transparência, publicidade de dados e o combate à espionagem internacional das redes. Os Piratas desses países enfatizam como é abusiva a coleta e interceptação de informações por parte de corporações públicas e privadas e até por indivíduos. Sua principal luta é contra a violação do direito à privacidade feita em nome de uma falsa segurança. Simultaneamente, exigem mais transparência e prestação de contas da administração pública, essa sim sem direito a segredos. Não por acaso, Birgitta Jónsdóttir, pirata eleita para o parlamento federal islandês em 2013, e sueco Gottfrid Svartholm, um dos

³⁰ “Piratas defendem que se busquem meios viáveis de se assegurar renda mínima e incondicional a todas as pessoas, independente de sua condição de vida”. PARTIDO PIRATA DO BRASIL. Renda e emprego. In: ASSEMBLEIA NACIONAL PIRATA, I. Item 13.4, tópico 3, p. 14. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1D2cPYo-Y4sqZjIspYQ-QGluRRMJhGvMyH3L_V0TS5E/edit#heading=h.vh7zw0htks0v>. Acesso em: 28 jan. 2015.

³¹ “Defendemos o direito ao casamento civil igualitário, independente de morfologia biológica, identidade de gênero ou orientação sexual das partes envolvidas. Defendemos a legalização e reconhecimento de casamentos e uniões civis com mais de uma pessoa.” PARTIDO PIRATA DO BRASIL. Pluralidade familiar e liberdade do afeto. Item 24.1, tópico 24, p. 14. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1D2cPYo-Y4sqZjIspYQ-QGluRRMJhGvMyH3L_V0TS5E/edit#heading=h.vh7zw0htks0v>. Acesso em: 28 jan.

três fundadores do TPB³², atuaram como importantes colaboradores do Wikileaks³³. Apesar da sintonia com o assunto vale lembrar que Svartholm nunca foi membro de Partido Pirata sueco, ao contrário de outro fundador do TPB Peter Sunde, que chegou a ser candidato pela legenda na Finlândia mas não pode levar os planos adiante porque foi preso em junho de 2014.

Já na Alemanha o aumento da participação da população nas decisões políticas é o que tem maior peso, como destaca a representante no Parlamento Europeu Julia Reda: “Uma das nossas metas é usar as tecnologias digitais para aprimorar os meios de participação dos cidadãos no sistema político”³⁴. No entanto, não existem regras para criação dos programas políticos, o espírito de sua construção é o mesmo que norteia o Partido, a pirataria. “Se gostou de alguma proposta é só copiar e colar o que interessa”, conta Miguel Silva, ex-tesoureiro do Partido Pirata do Brasil³⁵.

Outro ponto relevante é que o posicionamento em relação a ideologias de esquerda e direita não estão no seu DNA, como acontece nas legendas tradicionais. Apesar da maioria dos Partidos Piratas do mundo defenderem um certo grau de intervencionismo dos estados na economia, como no caso da proposta brasileira, há muitos liberais embarcados no projeto. O principal exemplo é o sueco e fundador da legenda Rick Falkvinge, liberal convicto com passagem pela Microsoft e investidas como empreendedor no currículo.

Para ele a meta dos piratas é disseminar ideias, teoria que desenvolve no livro *Swarmwise*³⁶, onde relata a criação do Partido Pirata da Suécia explicando as razões de seu sucesso e ensina aos leitores como propagar uma causa. “A razão de existirmos é obter representação no parlamento para disseminar nossa ideias. Se não tivéssemos representatividade no Congresso seríamos algo como uma “oficina de ideias”, e não é essa a proposta”, afirmou em entrevista a autora dessa monografia. Rick defende que o papel da legenda é levar aos demais parlamentares a política digital e de informações que os piratas

³² TPB é a sigla que se refere ao site de compartilhamento sueco The PirtaBay. No tópico 2.1 *Nascimento e historia dos Piratas* desse capítulo explica-se seu surgimento.

³³ Lançado em 2006 e com sede na Suécia, o **WikiLeaks** é um site que publica documentos confidenciais de governos e empresas de grande porte sobre assuntos de relevância mundial. Armazena mais de 1,5 milhões de documentos atualmente e tem no australiano Julian Assange a figura de principal editor e porta-voz.

³⁴ Entrevista concedida pela deputada do Parlamento Europeu Julia Reda por e-mail à autora em 29 de outubro de 2014

³⁵ Entrevista concedida à autoria em abril de 2014. No período Miguel Silva ainda ocupava o cargo de tesoureiro do Partido Pirata no Brasil.

³⁶ FALKVINGE, Rick. **Swarmwise** – The tactical manual of changing the world. 2.ed. 2013. Disponível em: <<http://falkvinge.net/files/2013/04/Swarmwise-2013-by-Rick-Falkvinge-v1.1-2013Sep01.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

defendem para educa-los sobre essa matéria. Além do que, a presença dos Piratas no parlamento já coloca questões que nunca estariam lá sem eles, acredita o sueco.

Outro conceito muito explorado nos planos de governo é o “empoderamento”. Definido pela alemã Julia Reda como “dar a todos os indivíduos a oportunidade de participar plenamente e igualmente da sociedade, seja ele político ou não”³⁷. Até mesmo o defensor da democracia representativa Rick destaca tal conceito ao introduzir as propostas do programa sueco: “Começamos com a observação de que todos precisam ser empoderados e todos precisam ter voz”. O brasileiro Peer partilha dessa visão e explica que “a ideia não é ir contra o sistema, mas sim participar dele para promover mudanças”.

Apesar de ter a contestação à ordem vigente e ao monopólio dos grandes partidos no seu DNA, os Piratas não tem pretensão de provocar mudanças estruturais na sociedade e na política. Por compreender os limites da sua atuação, objetivam se inserir nessas estruturas para fazer as mudanças que estão ao seu alcance, por meio da representação tradicional. Em paralelo dialogam com movimentos autonomistas, com pouca inserção nas instituições visando sempre o fortalecimento do poder popular. Para eles a palavra do momento é “experimentação”, já que nem mesmo sabem como chegar à democracia que idealizam. Hoje, o caminho mais tangível que a legenda enxerga é um sistema híbrido que concilia representação e participação, a chamada democracia líquida.

2.3 Democracia líquida: da teoria à prática

Apesar de defender maior participação dos cidadãos no sistema político, os Piratas nunca se opuseram à democracia representativa. O principal sinal disso é que defendem a implementação da democracia líquida, conceito introduzido no capítulo anterior que mescla elementos de participação e delegação. Esse sistema híbrido já é visto por eles como um grande avanço em relação ao que predomina atualmente, onde a população é alijada de mecanismos constitucionais para participar das escolhas governamentais e para exigir o cumprimento de promessas feitas por parte das figuras eleitas. Por isso, os Piratas propõem

³⁷ Entrevista concedida pela deputada do Parlamento Europeu Julia Reda por e-mail à autora em 29 de outubro de 2014

também o recall de mandatos³⁸, o que culminaria na perda do direito de representatividade daqueles que não cumprirem seu dever com a população.

A democracia líquida tem os pilares calcados na horizontalização e na autogestão, apontadas como alternativas à democracia representativa pura. No entanto, o Partido é claro ao afirmar que essas características não são necessariamente soluções que podem ser aplicadas em todos espaços da sociedade. Elas as apontam como um meio, uma “possibilidade” de se chegar a um sistema democrático mais justo e igualitário. “Preferimos colocar nossas questões em teste porque acreditamos que o nosso papel é o de experimentar modelos democráticos, mesmo que isso coloque a existência do Partido em risco”, afirma Henrique Peer.

Essa proposta nasce do desejo de corrigir a crescente concentração do poder nas mãos dos representantes que acontece paralelamente ao esvaziamento da participação dos representados na política. As dificuldades que barram a voz da sociedade nos parlamentos vem de uma legislação que domina as democracias representativas liberais. No Brasil, por exemplo, referendos e plebiscitos só podem ser convocados pelo Congresso Nacional. A tentativa de trazer a população para monitorar e participar da organização financeira dos municípios foi tentada entre o fim da década de 1990 e o início dos anos 2000 por meio do projeto do Orçamento Participativo³⁹ que também não alcançou todos os objetivos, já que parte desses núcleos passaram a reproduzir a mesma burocracia segregadora que rege à lógica estatal. No entanto, não faltam possibilidades nesse sentido destacadas pelo Partido, como a ideia de submeter qualquer proposta de emenda constitucional à aprovação popular via referendo popular e a simplificação da criação de projetos de lei de iniciativa dos cidadãos.

Para viabilizar essas políticas, os Piratas desenvolveram softwares que visam trazer a participação da população para a esfera política utilizando a internet como plataforma. O primeiro e mais conhecido deles nasceu em 2009 devido a esforços do Partido Pirata Alemão em parceria com a organização *Public Software Group*. Batizado de *Liquid Feedback*⁴⁰, hoje

³⁸ “Defendemos um sistema de *recall* de mandatos executivos e legislativos, para que sejam revogados por decisão do eleitorado os mandatos daquelas pessoas que não estiverem cumprindo seu dever com a população”. O trecho se encontra no tópico 1. Democracia Plena do programa de governo do Partido Pirata do Brasil. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1D2cPYo-Y4sqZjIspYQ-QGludRRMJhGvMyH3L_V0TS5E/edit#heading=h.ds4duvvij7vl. Acessado em 1 de janeiro de 2015

³⁹ O Orçamento Participativo é um processo em que os cidadãos colaboram diretamente em decisões vinculadas à aplicação dos recursos em obras e serviços que serão executados pela administração pública municipal. Chegou a ser aplicado em mais de 300 municípios brasileiros.

⁴⁰ Inclui informações sobre a plataforma e as maneiras de acessá-la. LIQUID FEEDBACK. Disponível em: <<http://liquidfeedback.org>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

ele também é usado por piratas de outros países, como a Itália e Portugal, e até mesmo empresas privadas.

A lógica de funcionamento é simples e tem como base o conceito da democracia líquida, como o próprio nome sinaliza. Ele funciona como uma plataforma de votação e decisão online. Nela, qualquer pessoa pode propor um tema e colocá-lo em discussão. Depois de um período aberto para debate, esse mesmo tema é votado, como uma espécie de referendo direto. Quem não tiver tempo ou interesse em votar no assunto em questão pode delegar essa decisão a outra pessoa. As delegações são feitas por tópicos e podem ser revogadas a qualquer momento. O software não exige que uma comissão ou mesmo um moderador aprove as propostas colocadas em debate. Com isso, o objetivo é reforçar que todos os participantes tenham o mesmo peso e direitos no processo de discussão e decisão. Assim, garante-se voz também às minorias e até mesmo a indivíduos que não se encontram representados no Congresso. O *Liquid Feedback* foi criado justamente com a missão de “empoderar” os cidadãos das discussões que permeiam a esfera pública.

Mas sua aplicação ainda acontece em âmbito muito restrito, entre os membros do próprio partido, que usam essa ferramenta para tomar decisões mais sincronizadas e, por consequência, com mais força política. A aplicação mais próxima da realização da democracia líquida, em que governantes e parlamentares usariam o software para levantar a opinião dos cidadãos sobre assuntos de interesse público, foi adotada apenas em um distrito alemão, Friesland. Desde 2012 o conselho local usa o programa, nomeado *Liquid Friesland*, como plataforma de participação dos cidadãos. Há também aplicações desvinculadas da política para o software, à medida em que ele permite a construção de decisões conjuntas de membros de uma corporação sem necessitar de reuniões presenciais. Os piratas enfatizam, porém, que essa experiência não tem a ambição de substituir a democracia representativa, mas sim aprimorá-la.

Não existe no Partido Pirata nenhuma obrigatoriedade em relação ao uso do *Liquid Feedback*, nem por parte dos representantes eleitos. Mesmo assim, a pirata alemã Julia Reda costuma debater voluntariamente, por meio do programa, com outros membros da legenda sobre as decisões que toma. Hoje, ela tem um projeto mais ousado: “Estou tentando construir uma plataforma de Democracia Líquida para o Partido Pirata europeu poder consultar Piratas de toda a Europa. Assim eu e membros da legendas com cadeiras no parlamento poderemos por em prática nossas ideias e de outros companheiros ao longo do nosso mandato”. Julia acredita, assim como a maior parte dos piratas alemães, que esse sistema tem alcances limitados, funcionando como uma ferramenta de debate e decisão para assuntos específicos,

como o orçamento de um município para determinadas atividades. “Esse sistema não pode e não deve substituir a democracia representativa, mas complementá-la com sua especificidade deliberativa no processo decisório”⁴¹. Na visão dos Piratas o software apresenta a mesma limitação da democracia líquida, ou seja, tem alcance limitado e funciona apenas em pequena escala.

Na Suécia, berço dos Piratas, a democracia líquida nunca foi bandeira prioritária do Partido, e softwares como o *Liquid Feedback* não alcançaram inserção relevante nem mesmo dentro da própria legenda. Apesar de assistirem e inspirarem parte da experiência alemã, essas plataformas nunca se tornaram populares na Suécia⁴². Segundo o brasileiro Miguel Silva, a ideia é que com o tempo as soluções via democracia líquida sejam aplicadas em âmbitos locais, como as subprefeituras. Esse é o limite onde a aplicação do *Liquid Feedback* chegaria cumprindo sua função mas sem ferir as estruturas atuais de poder. “Se levarmos essa proposta ao extremo, ao invés de termos governadores, os estados contariam com conselhos de secretários. As discussões também seriam infinitas inviabilizando a realização de qualquer política”.

Além da plataforma alemã, existe uma série de iniciativas similares que foram adotadas por Piratas de outros lugares do mundo. Um exemplo é o Wasa2il⁴³, desenvolvido por membros da legenda do Marrocos em conjunto com Smári McCarthy, ativista digital islandês. O projeto tenta superar os problemas do *Liquid Feedback*, principalmente em relação à privacidade e vazamento de dados, além de se propor a atuar em escalas maiores. O Wasa2il tem como meta ser usado por grupos de todas as escalas, de uma confraria de amigos a um país inteiro. Ele permite que cada grupo inclua no gerenciamento da plataforma regras internas que orientarão os debates e votações, sendo menos engessado que os demais softwares da democracia líquida. Ele também permite formas diferentes de voto, como o secreto, enquanto o *Liquid Feedback* só aceita o voto nominal.

No Brasil, o programa adotado pelos Piratas foi o Loomio⁴⁴, desenvolvido por um coletivo de “ativistas sociais” da Nova Zelândia que se reuniram em 2011 após a chegada dos protestos dos Occupy à principal praça da cidade de Wellington. A dinâmica é muito similar à

⁴¹ Entrevista concedida pela deputada do Parlamento Europeu Julia Reda por e-mail à autora em 29 de outubro de 2014

⁴² Informação concedida pelo fundador do Partido Pirata Rick Falkvinge em entrevista à autora por e-mail em 28 de outubro de 2014.

⁴³ Inclui informações sobre a plataforma e as maneiras de acessá-la. GIT HUB. Disponível em: <<https://github.com/smari/wasa2il>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

⁴⁴ Inclui informações sobre a plataforma e as maneiras de acessá-la. LOOMIO. Disponível em: <<http://www.loomio.org>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

plataforma alemãem relação ao lançamento de proposta e discussões de projetos, mas não permite que se deleguem os votos a terceiros.

Apesar de se propor a concretizar objetivos nobres visando à ampliação democrática e a colaboração, esses softwares tem uma limitação prática que não pode ser ignorada, a dificuldade que pessoas mais velhas e/ou poucas afeitas à tecnologia encontram ao tentar utilizá-los. Como boa parte da base Pirata é formada por jovens conectados ao mundo da internet, tais ferramentas se adequam perfeitamente ao seu perfil de cidadão. O próximo passo de desenvolvimento desses programas, porém, é garantir acessibilidade àqueles que têm os pés fincados no universo off-line. Atrair esses cidadãos e fazer com que eles também integrem esse sistema de decisão virtual é certamente um importante desafio a ser superado pelos Piratas, principalmente quando a questão inclusão na participação política.

Outra questão que merece atenção é identificar até que ponto tais softwares conseguiriam contornar a questão da coerção nos sistemas democráticos.

2.4 Partido Pirata Sueco e Alemão

Não existe uma estrutura definida que caracteriza todas as legendas piratas espalhadas pelo mundo. Por essa razão, esta pesquisa optou por abordar o funcionamento e a organização das legendas que se destacam como referências para as demais: o Partido Pirata Sueco, por ser o primeiro de todos e fonte de inspiração inicial das instituições que surgiram posteriormente, e o Partido Pirata Alemão, que desponta como experiência mais sólida que emergiu ao longo desses nove anos de atuação dos Piratas na política. Apesar de terem estruturas e estratégias muito diferenciadas, ambos partilham da horizontalidade e da colaboração como valores primários. Enquanto a legenda sueca nasceu a partir da aplicação da teoria do *Swarmwise*, termo traduzido como “*Inteligência do Enxame*”, o grupo alemão se desenvolveu calcado nos ideais da democracia representativa, conceito desenvolvido anteriormente.

Criado pelo próprio Rick Falkvinge, o *Swarmwise*, que se tornou um livro em formato impresso e online, destaca-se como uma tática de propagação de ideias em torno de um projeto, propondo uma estrutura diferente daquela que impera nas grandes empresas e partidos. “É uma estratégia para potencializar a comunicação”, define Falkvinge. O método defende a formação de uma rede de voluntários que atuam de forma colaborativa e sem custos em torno de um objetivo final, porém se estruturando de maneira piramidal e

verticalizada. A ideia é que pequenos grupos de pessoas trabalhem como se estivessem construindo um andaime e que haja sempre um membro que faça conexão com outro grupo, geralmente um líder, montando assim um esquema de pirâmide. O que os une é chegar a um objetivo em comum, como a fundação do Partido Pirata e a eleição de seus representantes, no caso sueco⁴⁵.

Outro ponto importante é que todos têm o mesmo direito de representar a organização, sejam eles líderes ou não. “É assim que você desperta o sentimento comum de identidade, comunidade, e passa a partilhar uma meta de trabalho em conjunto. Esse é um movimento horizontal, ou, pelo menos, muito descentralizado”, caracteriza Falkvinge. Por último, ele destaca a importância de se traçar uma objetivo tangível. O Partido Pirata, por exemplo, deparava-se com o seguinte cenário: em 2006, a Suécia tinha 1.2 milhões de habitantes que votavam, sendo que a maioria era usuária de sites de compartilhamento de dados, como o TPB, que não recriminava a pirataria, apesar de ela ser demonizada pelas instituições governamentais. Para fundar a legenda era necessário coletar 200 mil assinaturas. A meta era factível à medida em que os Piratas precisavam do apoio de apenas um sexto daquelas pessoas que já se beneficiavam da pirataria.

A estratégia funcionou para alavancar o partido, ancorada na vantagem dele ser uma novidade e também nos bons ventos da viralização. Mas esse não é o cenário atual, onde a legenda que chegou aos 50 mil membros conta com cerca de oito mil⁴⁶. Aqui vale o questionamento se essa estrutura de fato funcionou. Na realidade, ela vigorou muito mais na concepção da legenda do que na sua manutenção. Além de tudo, com o afastamento de Rick da liderança, a organização por andaime foi totalmente extinta.

Na Suécia, porém, os piratas também padecem de um problema estrutural que vem levando ao seu enfraquecimento: a falta de mobilização no mundo real. “Minha surpresa quando fui para o país é que, lá, o Partido Pirata praticamente inexistia fora da internet. Ele não tem base. Naquele momento ficou claro para mim que não continuaria prosperando. E foi o que aconteceu, por não ter raízes”, avalia o professor Jorge Machado, que visitou o país em 2010, quando ainda era ativo no movimento. Apesar de contar com um diretório nacional com sede em Estocolmo, capital sueca, e alguns diretórios municipais nas grandes cidades, a atuação presencial nesses ambientes praticamente não acontece.

⁴⁵ Da página 52 a 80 do livro *Swarmwise* há mais detalhes sobre a estrutura da organização proposta pelo método em níveis locais e nacionais

⁴⁶ Para saber o número atualizado de membros acesse PIRATE WEB. Disponível em: <<https://pirateweb.net/Pages/Public/data/MemberCountHistodryPerGeography.aspx>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

Na Alemanha, o movimento é justamente o oposto, o contato dos membros fora da internet é constante e as estruturas partidárias locais são fortes e consolidadas. Lá os diretórios locais promovem pelo menos dois encontros por mês, um dedicado à discussão de assuntos partidários e outro, chamado de “roda de conversa”, focado em angariar simpatizantes e abrir diálogo com as comunidades. Neles os temas abordados são os mais variados, de jogos de internet à sustentabilidade. O ambiente favorecido pelo grande número de adeptos e simpatizantes à cultura hacker somado ao intenso trabalho dos piratas espalhados em todas as regiões do país fez com que a Alemanha construísse uma base de eleitores e simpatizantes mais sólida. “Há uma combinação entre o presencial, através de ações com a comunidade exercidas pelo partido, e o virtual, principalmente por meio da democracia líquida, que é voltada para a construção de consensos. O sistema convencional, formado por diretórios locais, estaduais e nacional foi complementado pelo mecanismo de construção de propostas via *Liquid Feedback*, e isso funcionou”, acredita Jorge Machado, que também visitou os piratas alemães.

Segundo a eurodeputada Julia Reda, os membros da base pirata no país vêm se diversificando cada vez mais, principalmente após a entrada dos piratas no Parlamento Estadual de Berlim, o Reichstag, em 2011⁴⁷. “O perfil dos filiados era predominantemente homens, com menos de 30 anos, cultos e estudados, apesar de terem trabalhos precários. A maioria também tinha alguma experiência ou afinidade com computação. Hoje essa base está se ampliando e diversificando”. A predominância de jovens do sexo masculino ligados ao mundo digital forma a maioria não só da legenda alemã, mas de todo mundo, sendo a ampliação desse base um dos grandes desafios do grupo.

Para mediar a relação entre todas as legendas piratas e promover uma atuação mais sincronizada entre seus membros somando forças foi criado, em 2010, o Partido Pirata Internacional (PPI), com sede em Bruxelas. Entre suas funções está consolidar o movimento globalmente e estimular a troca de experiências entre grupos consolidados e outros em processo de formação. A organização planeja elaborar um plano de governo que possa ser compartilhado por todos os signatários, mas até hoje ele não saiu do papel.

⁴⁷ O dado sobre o número de representantes eleitos no Parlamento de Berlim pode ser acessado em http://wiki.pp-international.net/Elected_Pirates#European_Parliament

2.5 Partido Pirata Brasileiro

Apesar de nunca ter se formalizado, o Partido Pirata Brasileiro é um projeto em andamento desde 2006, quando brasileiros se encontraram na página online do Partido Pirata Sueco e começaram a discutir virtualmente a possibilidade de fundar uma legenda no país defendendo as mesmas propostas. Depois de dois anos conversando principalmente por meio de listas de e-mail, eles realizaram o primeiro encontro presencial reunindo pouco mais de 25 pessoas que estavam à frente do projeto. O evento ganhou o nome de *Insurgência Pirata* e aconteceu em São Paulo em 2009.

Nos dois anos seguintes, diversos grupos ligados ao Partido Pirata nacional se formaram em vários estados brasileiros, dando início ao processo de formalização da legenda. Nesse período foram elaborados, de maneira aberta e colaborativa por meio de programas de edição coletiva pela internet, os primeiros documentos do movimento, sendo eles a *Carta de Princípios*⁴⁸ e o *Manifesto*⁴⁹. Ambos destacam a reforma das leis de direitos autorais e de patentes como prioridade, deixando evidente a inspiração sueca. A ampliação da participação dos cidadãos no governo também aparece, mas ainda de maneira tímida, sem a menção à democracia líquida ou a plataformas para colocá-la em prática. O texto aborda a necessidade de “explorar e descobrir ferramentas para a decisão coletiva” como “meios para envolver os cidadãos na democracia eletrônica”⁵⁰, mas não se aprofunda em propostas ou exemplos.

As políticas defendidas pelo grupo só deixam de ser genéricas no plano de governo mais detalhado elaborado e aprovado na I Assembleia Nacional Pirata realizada em Curitiba em maio de 2014⁵¹. Cerca de 90 pessoas participaram das reuniões presencialmente onde também foram debatidos estatuto, posicionamento econômico e a coleta de assinaturas para oficialização dos Piratas. A versão online continua aberta e passível de mudanças, seguindo o espírito pirata. Nesse documento, porém, a opção pela defesa da democracia líquida é feita abertamente, e as propostas de reforma de leis de patentes e direito autoral ainda predominam com destaque.

⁴⁸ PARTIDO PIRATA DO BRASIL. Carta de princípio v1.0. Disponível em: <<http://partidopirata.org/documentos/carta-de-principios-v1-0>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

⁴⁹ PARTIDO PIRATA DO BRASIL. Manifesto v2.0. Disponível em: <<http://partidopirata.org/documentos/manifesto-v2-0>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

⁵⁰ Esse trecho faz parte da *Carta de Princípios* do Partido Pirata Brasileiro citada na nota de rodapé 21

⁵¹ PARTIDO PIRATA DO BRASIL. Programa de Governo. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1D2cPYo-Y4sqZjIspYQ-QGludRRMJhGvMyH3L_V0TS5E/edit#heading=h.ds4duvvij7vl>. Acesso em: 01 jan. 2015. O Programa se encontra em permanente construção.

Em paralelo, uma campanha aberta para arrecadar doações levantou 21,1 mil de reais necessários para arcar os custos de toda a burocracia envolvida na abertura da legenda brasileira. A verba possibilitou que o estatuto e o programa dos Piratas fossem publicados no Diário Oficial em 2013, e desde então eles tentam angariar as 500 mil assinaturas, cerca de 0,5% dos votantes da última eleição, necessárias para que o Partido se registre no Tribunal Superior Eleitoral e ganhe o direito de concorrer às eleições. Até o momento, o número reunido foi tão baixo que o próprio grupo não se organizou para fazer uma contagem oficial. Segundo o ex-tesoureiro Miguel Silva, que mantém contato com o movimento, não se chegou a dois apoiadores.

Muitos membros e ex-membros da legenda brasileira acreditam, contudo, que o seu momento de maior relevância já passou. Ele teria acontecido entre os anos de 2009 e 2010, quando dirigentes do Partido Verde (PV) procuraram os Piratas com a intenção de lançar seus candidatos nas eleições de 2010. A ideia é que o PV funcionasse como uma “incubadora” dos representantes piratas. “Devido a essa postura do PP nacional de rechaçar os partidos tradicionais perdemos uma grande oportunidade. Se elegêssemos um ou dois representantes já seria o suficiente para introduzir nossa pauta no cenário brasileiro. A Alemanha fez isso com os Verdes e funcionou muito bem. Acho que a legenda perdeu o timing no Brasil, mas espero que isso mude”, avalia Machado.

A aversão aos partidos tradicionais também fez o Partido Pirata Brasileiro buscar uma estrutura distinta, tentando excluir de sua organização hierarquias e verticalização. Hoje ela funciona da seguinte maneira: há uma Assembleia Nacional composta por todos os filiados que consiste na maior instância de poder do partido. Além de ter soberania sobre os demais órgãos – Tesouraria, Secretaria Geral e Coordenadoria Nacional - ela tem o poder de avocar competências de qualquer outro órgão da estrutura administrativa nacional, e também de escolher candidatos que concorrerão a cargos eletivos. Dessa maneira, o poder está diluído nas mãos de todos. O problema é que essa Assembleia só acontece a cada dois anos nos encontros nacionais, durando apenas um período determinado. No caso de Recife, quando a legenda foi fundada em 2012, vigorou por dois dias, e no de Curitiba, quando se debateu o programa de governo em 2014, por três dias. Nesse período, ela delega e redistribui seu poder aos três órgãos citados anteriormente, cujos integrantes (hoje 10 - 7 titulares e 3 suplentes) passam a dirigir o Partido. Ao fim da Assembleia, o Pirata volta pra casa, podendo participar ou não dos debates nos próximos dois anos quando, de novo, o mesmo poder lhe será dado, num mecanismo muito parecido com a democracia representativa onde o poder é legitimado pelo povo mas dirigido pelos representantes. Percebemos que a estrutura pirata é, portanto,

piramidal e com características muito similares às dos Partidos e Organizações tradicionais. Esse formato, porém, passou a ser alvo de críticas e convertendo-se em tema de um debate interno, fazendo com que surjam novas propostas de modelos para substituí-lo.

A sugestão que angariou mais adeptos é retirar o poder e a autonomia daqueles que ocupam cargos no partido, já que esses não podem ser extintos por serem formalmente exigidos pela lei. Essas pessoas funcionariam como “laranjas”, ou seja, seriam apenas executores da vontade coletiva do grupo e não tomariam nenhuma atitude que não tenha o consenso de toda a base formada pela Assembleia Nacional, que seria permanente. Ela funcionaria virtualmente, via plataformas da democracia líquida. A aversão aos demais partidos e a estruturação diferenciada, no entanto, não são os únicos entraves para o desenvolvimento dos Piratas no Brasil. Segundo Machado, que atuou na fundação da legenda, outro problema que existe desde a concepção e que impede sua evolução é uma crise de identidade: “Chegaram pessoas com muitas demandas e concepções diferentes do que seria o Partido, e esse problema existe até hoje. Alguns defendem a autonomia, uma espécie de um antipartido, outras a orientação liberal, que é um pouco o espírito da criação sueca, outros um alinhamento à esquerda e há ainda os que flertam com o anarquismo. Os membros acabam se perdendo em discussões infinitas e nada é resolvido”.

Apesar da Alemanha ser o projeto de inspiração para os brasileiros, percebemos que há uma diferença grande em como cada legenda conduziu seu trajeto. Enquanto eles se organizaram para se encaixar nas estruturas tradicionais, com diretórios locais, estaduais e o nacional, e passaram a aceitar a entrada de políticos de outros partidos que tinham sinergia com a causa pirata, como os Verdes, os brasileiros se mostram totalmente resistentes à abertura de concessões. Dessa maneira, o projeto não avança devido aos entraves ideológicos que ainda funcionam como os norteadores da ação pirata no Brasil.

3 NAUFRÁGIO PIRATA OU OS LIMITES DA PARTICIPAÇÃO?

O ano de 2014 desponta como o pior período para os Piratas nas urnas desde o nascimento do partido, em 2006. Os deputados suecos Christian Engström e AmeliaAndersdotter, primeiros do grupo a ocupar cadeiras no Parlamento Europeu, foram mandados de volta para casa depois de cinco anos de atuação em Bruxelas. A legenda sueca, que em 2011 obteve 7,1% dos votos do eleitorado angariou apenas 2,2% da preferência da população, perdendo dois terços de seus votantes. A Finlândia, que contou com o fundador do TBP, Peter Sunde, figura icônica da pirataria, como candidato, obteve menos de 1% dos votos. Na Inglaterra a marca só chegou aos 0.5%. O baixo desempenho se repetiu na maior parte da Europa, incluindo países como Áustria, Espanha e Grécia. A Alemanha foi quem atingiu o melhor resultado, elegendo Julia Redaeurodeputada. Outras exceções foram República Checa e Luxemburgo, alcançando 4.8% e 4.2% dos votos respectivamente. Contudo, nenhum deles chegou aos 5% necessários para garantir um lugar na instituição europeia.

As expectativas frustraram os membros do Partido, que esperavam superar ou pelo menos manter o desempenho nas urnas de 2009, quando conseguiram dois assentos no Parlamento Europeu com apenas três anos de vida. Se o julgamento dos fundadores do TPB contribuiu para dar visibilidade à causa e angariar votos naquela época, as revelações de Edward Snowden⁵² em 2013 sobre a rede de espionagem mundial montada pela Agência de Segurança Nacional Americana, a NSA, também tinham o potencial de colocar em evidência bandeiras piratas, como a privacidade e a neutralidade na rede, atraindo mais simpatizantes para a causa.

Além disso, o Partido tinha conquistado sua primeira grande vitória no Parlamento Europeu atuando como protagonista no processo de derrota do ACTA⁵³. Em terceiro lugar, assistimos à “apropriação” das pautas que foram inseridas no cenário político pelos Piratas por parte de outras legendas, que passaram a defender a revisão das leis de direito autoral e de

⁵² O americano Edward Snowden é ex-técnico na NSA. Ganhou notoriedade mundial por vazar documentos secretos do governo dos Estados Unidos que mostram como ele monitora seus cidadãos e outras nações e empresas no mundo.

⁵³ Anti-Counterfeiting Trade Agreement (ACTA) é um tratado internacional que pretendia formular uma legislação específica para o registro de marcas, patentes e direitos autorais. Fracassou em 2012 quando a maioria o Parlamento Europeu votou contra sua realização.

patentes, acesso universal a internet, entre outros temas que ganharam visibilidade com a popularização dos usuários desses serviços.

Mesmo com a conjuntura favorável, as intenções de votos nos Piratas despencaram. Para o professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp Marcos Nobre, a própria dinâmica da democracia líquida defendida e aplicada internamente pelo Partido é um dos entraves para seu desenvolvimento. “Os Piratas se propõem a implantar um modelo de democracia direta combinado à representação. Isso gerou vários conflitos, porque a democracia representativa tradicional tem mecanismos que ferem essa proposta. Por exemplo, a lógica de funcionamento do Parlamento exige um líder da bancada, mas o Partido Pirata prega a horizontalidade e o esvaziamento do poder das lideranças. Em que medida é viável consultar todos os membros da base para tomar cada decisão em nome da coletividade? O timing do Congresso permite isso? Outro ponto crítico é que a democracia representativa inclui acordos de bastidor. Mas no caso dos Piratas é preciso discutir o acordo com todos os filiados, e com isso nenhum deles avança.”

Como analisamos no Capítulo 1 *Crise de Representatividade e Democracia Líquida*, a convivência de modelos distintos é uma saída tangível para a crise de representatividade dos dias de hoje, segundo autores como Leonardo Avritzer, Boaventura de Sousa Santos, e o próprio Nobre. Nesse sentido, assistiríamos a uma pluralização de modelos de representação, deliberação e participação que passariam a interagir. O desafio é saber como eles conviverão sem que um anule o outro. Ou seja, apesar de agregador e de ser uma das bandeiras dos piratas, o processo decisório da democracia líquida pode, paradoxalmente, encarnar um dos principais entraves enfrentados pela legenda por ser muito amplo e horizontal. Essa perspectiva é partilhada, inclusive, por quem conhece a dinâmica interna do grupo por dentro. “Tanta discussão, a maioria feita virtualmente, gera desentendimento com muito mais facilidade, o que leva a desgastes”, avalia Machado.

Alia-se a isso a pluralidade dos filiados que culmina numa crise de identidade generalizada. O partido sueco, por exemplo, abrigava em seus tempos áureos, quando chegou aos 50 mil membros em 2009, desde o liberal Rick Falkvigne a AmeliaAndersdotter, uma típica anarquista do movimento punk das grandes cidades europeias. Essa convivência gerava poucos conflitos porque a interação entre eles, assim como entre todos os piratas do país, dava-se somente na esfera virtual. Dessa maneira, nunca foi formada uma militância na Suécia, fator que teve reflexo no pleito fracassado de 2014. Na legenda brasileira, a maior parte das relações também se dá pela internet. Apesar das conversas para a criação dos Piratas terem começado em 2006, foi só em 2009 que o primeiro encontro saiu, e mesmo assim

reuniu apenas 25 pessoas. Desde então, os eventos presenciais são realizados somente de dois em dois anos⁵⁴.

Na Alemanha o trabalho com a comunidade formou uma base partidária mais sólida, mas ela chegou a ser tão variada que até neonazistas se infiltraram no movimento, apesar da ideologia conflituosa com o posicionamento progressista dos Piratas. Meses depois, contudo, foram expulsos. A deputada Julia Reda aponta outra dificuldade enfrentada no país: “Transformar a adesão de muitos membros com perfil plurais que chegaram a nós num momento em que os Piratas se tornaram uma espécie de frenesi, numa ideologia política coerente, e também integrá-los ao dia-a-dia do processo político é um desafio. Isso tem levado à falta de habilidade em desenvolver novas políticas e resolver conflitos internos que contribuem para o declínio do movimento”.

No Brasil essa questão quase levou ao fim do Partido em 2014. Durante a última Assembleia Nacional, realizada em Curitiba, decidiu-se que os Piratas não apoiariam nenhum partido nas eleições de 2014. Meses depois, o PSol de Santa Catarina procurou membros do PP Brasil buscando adesão ao seu candidato para o governo do estado Afranio Boppré. Os piratas catarinenses, que reprovavam a perpetuação do PSB no poder, embarcaram na proposta indo contra a decisão nacional. Debates intermináveis sobre a conduta do grupo se prolongaram por meses na internet, até que se decidiu pela expulsão dos mesmos. A partir daí, os revoltados com a determinação passaram a agir de maneira autônoma, como o caso dos paulistas. “Isso criou um problema, deixando os Piratas mais fragmentados do que já são. Mas após das eleições começamos a reverter o quadro. A meta é organizar uma Assembleia Nacional extraordinária em 2015 para tentar mudar a decisão”, afirma Henrique Peer, que integra o grupo de São Paulo.

O Pirata também esbarra em limitações relacionadas à própria participação. Segundo os autores Avritzer e Sousa Santos⁵⁵, é preciso estar alerta para “vulnerabilidades e ambiguidades” desse mecanismo, como a possibilidade da “descaracterização” das instituições. Isso significa a perda da essência do partido e de suas propostas que, segundo os autores, podem se dar por duas vias: a primeira é a da cooptação pelo sistema predominante e a segunda é a da integração aos contextos institucionais vigentes. Dessa maneira, seriam

⁵⁴ Dado concedido pessoalmente por Henrique Peer, membro do Partido brasileiro e do PPI em entrevista à autora de 14 de outubro de 2014

⁵⁵ AVRITZER, Leonardo; SANTOS, Boaventura de Sousa. Para ampliar o cânone democrático. Portugal,Coimbra: Centro de Estudos Sociais. Laboratório Associado a Universidade de Coimbra. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 98, 2012. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/emancipa/research/pt/ft/introdemo.html>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

retiradas dessas organizações, no caso em questão o Partido Pirata, seu potencial democrático e de transformação das relações de poder.

O Partido dos Trabalhadores desponta como um dos exemplos mais recentes e enfáticos que passou por esse processo. Com origem em um movimento social de esquerda que tinha como base o sindicalismo, ele substituiu ideologia e projetos da época de seu nascimento pelo pragmatismo das legendas tradicionais. Essa transformação se deu à medida que iam integrando o sistema político tradicional. Com isso, praticamente todo o potencial transformador dos petistas minguou.

Há, também, outras vias por onde ocorre a perversão das instituições políticas depois que engrenam no sistema tradicional, sendo elas a burocratização da participação, a reintrodução do clientelismo, a instrumentalização partidária, silenciamento ou manipulação de instituições participativas, entre outras. Avritzer e Sousa Santos defendem, portanto, que as aspirações revolucionárias de participação democrática no século XIX foram reduzidas e se converteram no século XX em formas de democracia de baixa intensidade. Os objetivos de inclusão social e reconhecimento de diferenças foram, portanto, convertidos em seu contrário. Para eles, a democracia participativa não está imune de passar pela mesma trajetória.

4 CONCLUSÃO – O LEGADO PIRATA

Os resultados ruins para os Piratas nas eleições de 2014 levantam a seguinte questão: é por meio do número de votos que se mede o sucesso ou fracasso do Partido? Para responder é necessário observar a relevância que propostas lançadas por eles em 2006, ano de seu surgimento na Suécia, passaram a ter no universo político e social da Europa e também do Brasil. A reforma da lei de direitos autorais, pauta prioritária do grupo no seu nascimento, hoje é motivo de debate de governos de vários países que abriram os olhos para a necessidade de adaptá-la à realidade criada pela internet. A neutralidade da rede, outro ponto defendido há nove anos pelos Piratas, tem sido contemplado na legislação de boa parte do Ocidente, inclusive no Brasil, que teve sua consagração com o Marco Civil da Internet⁵⁶. A própria aprovação dessa lei que estabelece direitos e deveres dos cidadãos brasileiros na web foi o reconhecimento de uma nova realidade por parte do governo e do *mainstream* político.

Após o vazamento de documentos por meio do ex-técnico da NSA Edward Snowden provando que as comunicações de países como Alemanha e Brasil eram espionadas pelos Estados Unidos, a presidente Dilma Rousseff percebeu a necessidade do país em ter uma legislação própria para tais questões. A notícia esquentou ainda mais o debate sobre o direito à privacidade na rede, outra proposta pirata que foi incorporada às discussões de partidos tradicionais após as denúncias de Snowden. Vale destacar que o ACTA, conforme mencionado anteriormente, foi derrotado e as fronteiras entre as telecomunicações estão sendo demolidas progressivamente.

Tais pontos mostram que a meta de levar para a esfera pública debates que até 2006 eram confinados a grupos de hackers ou programadores que pouco contato tinham com o mundo real já é vista como vitória por boa parte dos Piratas. “Sabemos que nossas aspirações são ousadas, mas hoje vemos boa parte do que era considerado 'absurdo' há quase dez anos sendo discutido por partidos das mais diversas orientações e aprovado em parlamentos do mundo todo. Se olharmos por essa perspectiva, tivemos uma vitória”, diz o Pirata brasileiro Henrique Peer. O fundador da legenda Rick Falkvinge defende que o importante é manter a representatividade nas instituições políticas para garantir que as propostas do Partido continuem ecoando na esfera pública. “Não concordo que vivemos uma crise. A Suécia não elegeu deputados para o Parlamento Europeu, mas a Alemanha sim, e o que importa é continuarmos com a nossa representação no sistema democrático garantida”.

⁵⁶ BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 abr. 2014.

O que assistimos é a difusão das políticas piratas que vêm sendo adotadas por parte significativa das legendas tradicionais, com exceção da descriminalização do compartilhamento de dados que ainda está longe de encontrar uma solução. Com isso, é possível concluir que, apesar dos Piratas terem um longo caminho a percorrer, principalmente em relação à aplicação da democracia líquida e ampliação da participação popular na política, é inegável que as propostas que defenderam nos seus nove anos de existência vieram para ficar, mesmo que o movimento não se perpetue nos sistemas democráticos. “O sucesso tem que ser medido pelo que ficou de aprendizado social dessa experiência, além das políticas lançadas pelo movimento que foram discutidas e assimiladas pelos governos”, afirma Nobre.

BIBLIOGRAFIA

AVRITZER, Leonardo; SANTOS, Boaventura de Sousa. Para ampliar o cânone democrático. Portugal, Coimbra: Centro de Estudos Sociais. Laboratório Associado a Universidade de Coimbra. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 98, 2012. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/emancipa/research/pt/ft/introdemo.html>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

AVRITZER, Leonardo; SANTOS, Boaventura de Souza. Para ampliar o cânone democrático. **Eurozine**. Disponível em: <http://www.eurozine.com/articles/article_2003-11-03-santos-pt.html>. Acesso em: 20 jan. 2015.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 abr. 2014.

COELHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos (orgs.). **Participação e deliberação na teoria democrática: uma introdução, em Participação e Deliberação**. São Paulo: Editora 34. 2004.

DATEI. Mitgliederentwicklung. Disponível em: <<https://wiki.piratenpartei.de/Datei:Mitgliederentwicklung.png>>. Acesso em 27 jan. 2015.

FALKVINGE, Rick. **Swarmwise** – The tactical manual of changing the world. 2.ed. 2013. Disponível em: <<http://falkvinge.net/files/2013/04/Swarmwise-2013-by-Rick-Falkvinge-v1.1-2013Sep01.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

GIT HUB. Disponível em: <<https://github.com/smari/wasa2il>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

LAVALLE, AdriánGurza; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela, Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. **SciELO. Lua Nova**, São Paulo, nº 67, p. 55-56, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a04n67.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

LAVALLE, AdriánGurza; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela, Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. **SciELO. Lua Nova**, São Paulo, nº 67, p. 55-56, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a04n67.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

LIQUID FEEDBACK. Disponível em: < <http://liquidfeedback.org>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

LOOMIO. Disponível em: <<http://www.loomio.org>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

MACHADO, Jorge. Sonho Pirata ou Realidade 2.0. Ex-membro e fundador do Partido Pirata brasileiro e professor-doutor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C. Eleições e representação. **Scielo.Lua Nova**. 2006, p. 106. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a05n67.pdf>>.

PARTIDO PIRATA DO BRASIL. Carta de princípio v1.0. Disponível em: <<http://partidopirata.org/documentos/carta-de-principios-v1-0>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

_____. Manifesto v2.0. Disponível em: <<http://partidopirata.org/documentos/manifesto-v2-0>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

_____. Pluralidade familiar e liberdade do afeto. Item 24.1, tópico 24, p. 14. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1D2cPYo-Y4sqZjIspYQ-QGludRRMJhGvMyH3L_V0TS5E/edit#heading=h.vh7zw0htks0v>. Acesso em: 28 jan.

_____. Programa de Governo. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1D2cPYo-Y4sqZjIspYQ-QGludRRMJhGvMyH3L_V0TS5E/edit#heading=h.ds4duvvij7vl>. Acesso em: 01 jan. 2015.

_____. Renda e emprego. In: ASSEMBLEIA NACIONAL PIRATA, I. Item 13.4, tópico 3, p. 14. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1D2cPYo-Y4sqZjIspYQ-QGludRRMJhGvMyH3L_V0TS5E/edit#heading=h.vh7zw0htks0v>. Acesso em: 28 jan. 2015.

PIRATE WEB. Disponível em: <<https://pirateweb.net/Pages/Public/data/MemberCountHistoryPerGeography.aspx>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

STATISTISKA CENTRALBYRAN – ECB. Statistics Sweden. 22. Jun. 2010. Disponível em: <http://www.scb.se/sv_/Hitta-statistik/Statistik-efter-amne/Demokrati/Allmanna-val/Europaparlamentsval-valundersokningen/12424/2009A01/Behallare-for-Press/Europaparlamentsvalen-2009---valundersokningen>. Acesso em: 27 jan. 2015.

WEBER, Max. 1980. "Parlamento e governo na Alemanha reordenada". *Os pensadores*. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural.